

XIII Congresso Brasileiro de Sociologia

29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife, PE

Grupo de Trabalho 16: Pensamento Social no Brasil

Título do Trabalho: A invenção do nordeste e do nordestino

Autor: Lucia Lippi Oliveira

Instituição: CPDOC/FGV

e-mail: [lucia.lippi@fgv.br](mailto:lucia.lippi@fgv.br)

## A invenção do nordeste e do nordestino – roteiro de pesquisa

Lucia Lippi Oliveira

A construção de uma identidade nacional no Brasil durante o Estado Novo correu paralela à constituição de identidades regionais que, longe de se contrapor à identidade nacional, somavam traços na montagem de um caleidoscópio que seria o Brasil.

Uma dimensão-chave desse processo foi a valorização da dimensão geopolítica que tem no território o foco principal. Foram criadas diversas instituições, entre elas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1938) para ajudar o Estado a formular e implementar suas políticas destinadas a vencer os “vazios” territoriais. A noção de “vazio” territorial atualizava o conceito de sertão, entendido como espaço abandonado que, desde as denúncias de Euclides da Cunha vinha preocupando as elites brasileiras interessadas em construir uma nação.

Vargas lança em 1940 a chamada “marcha para o Oeste” como uma diretriz territorial para o país. E o faz durante os festejos de inauguração da cidade de Goiânia. A marcha para o oeste, (mesmo título de livro de Cassiano Ricardo), retomava antigas tradições coloniais de conquista do território e valorizava principalmente a figura do bandeirante considerado como o grande herói nacional, já que fora ele que conseguira a efetiva conquista do território nacional. Com a marcha para o oeste, segundo o discurso de Vargas, o Brasil estaria reatando a campanha dos construtores da nacionalidade – principalmente os bandeirantes e os sertanistas.

E o nordeste?

Se uma parte do território nacional, o interior situado no centro-oeste, ganha relevância em termos da atuação do governo federal ao longo dos anos 1940, há outra que permanece lembrada pelo passado, pela penúria, pelo desamparo – o nordeste.

Essa parte do território nacional foi identificada como aquela que sofre a seca. E a seca é apresentada como uma tragédia, sabe-se que vai chegar e não há nada a fazer diante do destino inexorável... As secas nordestinas vem sendo estudadas desde o século XIX e já deram ocasião a várias comissões propondo essa ou aquela solução. O primeiro plano de transposição das águas do rio São Francisco, por exemplo, data de 1818. Também já foi tentada a transferência dos nordestinos para a Amazônia no fim do século

XIX e, nos anos 1940, quando inventou-se o programa “soldados da borracha” para levar os flagelados da seca para lá. (Sobre as secas ver Villa, 2000).

É preciso lembrar que o Nordeste como espaço geográfico oficial tem data de nascimento. Foi durante o Estado Novo que o IBGE criou a primeira Divisão Regional do Brasil dividindo o território nacional em 5 regiões: norte, nordeste, leste, sul e centro-oeste. Com a valorização das regiões, instituída oficialmente em 1942, o Estado Novo procurou combater as oligarquias locais que dominavam os Estados e buscou integrar as partes em um todo maior. O novo nacionalismo se baseava nas regiões e valorizava as diferenças geo-econômicas e sócio-culturais.

O Nordeste como espaço de identidade tem também data de nascimento. Foi com o Movimento Regionalista de 1926, tendo Gilberto Freyre à frente, e com a geração de romancistas - José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos entre outros -, que nos anos 1930 passou a descrever em tom realista as condições de vida e os impasses da sociedade da cana de açúcar no litoral e da seca no sertão. Seca, cangaço, messianismo, lutas entre famílias, fundam a própria idéia de Nordeste. As obras de denuncia que desde os anos 30 falam dessa terra trazem como seus personagens típicos o cangaceiro, o beato, o jagunço, o coronel, todas figuras de um mundo decadente mas que ainda resistem aos novos tempos. Voltaremos a isto adiante.

A idéia de Nordeste que foi sendo construída definia a região como o lugar do atraso, do rural, e do passado que resiste às mudanças. Ao mesmo tempo, como contraponto, se constrói a imagem do Sul como espaço do progresso, da indústria, do futuro.

Vale notar que o presente texto é parte de projeto mais abrangente. No caso do atual texto estarei trabalhando com uma pequena parte deste todo. Darei destaque ao contexto dos anos após a democratização de 1945, com a emergência de uma visão “sociológica” sobre os dramas da região nordeste e sinalizarei os novos caminhos assumidos pela produção cultural do nordeste em conexão com o mundo globalizado.

Para compreender melhor e discutir a invenção do Nordeste estarei em primeiro lugar dialogando com Durval Muniz de Albuquerque Jr. cujo livro *A invenção do Nordeste e outras artes* (1999) faz uma importante incursão nessa temática. Estarei também dialogando com a literatura sobre regionalismo e nacionalismo que, ao longo do século

XX, discute/questiona a configuração de um imaginário sobre esta parte do território e seu povo.

Durval Albuquerque vai destacar o que chama de novo regionalismo, diferente do anterior. Este, chamado de regionalismo naturalista, atribuía as diferenças de costumes e práticas às variações de clima, vegetação, e composição racial da população. O isolamento e a falta de comunicação acentuavam as diferenças e o desconhecimento entre Norte e Sul. Para vencer o desconhecimento surgem as viagens capazes de captar as especificidades, como a que Mário de Andrade empreendeu e deu origem ao livro *O turista aprendiz* onde descreve a sua viagem de estudos em 1927.

Os dramas da região já tinham sido retratados pela chamada literatura social, identificada por Durval Albuquerque como “território da revolta” contra a miséria e as injustiças. O povo nordestino já tinha sido retratado no chamado romance social, literatura que recebeu espaço na mais importante editora dos anos 1940, a José Olympio, sob o rótulo do ciclo da cana-de-açúcar e ciclo do cacau.

Se havia espaço para o discurso de denúncia da situação de penúria da região nordestina durante os anos 1930, cabe indagar porque um certo abandono da região durante o Estado Novo? Como explicar o fracasso do tenentismo, de Juarez Távora chamado o vice-rei do nordeste e a chegada de Agamenon Magalhães à interventoria de Pernambuco? Cabe também retornar ao sonho do governo Agamenon Magalhães de acabar com os mocambos do Recife. Talvez o acordo de Vargas com os latifundiários tenha inviabilizado as lutas e mudanças do pós 1930 naquela região. Ou seja, é preciso fazer uma releitura dos impasses políticos na década de 1930 e durante o Estado Novo, já que é também no pós-1930 que são criadas políticas compensatórias como o DNOCS e o IAA. A política de nacionalização a partir do Estado Novo pensava o país como resultado da unificação, uma totalidade brasileira capaz de superar as partes, superar o local, o provinciano, o oligárquico.

No período da democratização os temas relevantes passam a ser outros: povo, ruptura, revolução, ruptura com o passado em nome do futuro. Mas no caso nordestino isto caminhou no sentido de valorizar não o operariado mas sim o campesinato graças inclusive à presença das Ligas Camponesas.

Nos anos 1950, para diversos intelectuais de esquerda a adesão ao marxismo oferecia a certeza advinda das leis históricas e refúgio diante das incertezas do presente. O avanço da modernidade no Sul, em São Paulo, fazia mesmo acentuar as diferenças.

Para a esquerda o pobre é mártir ou herói da revolução. A leitura do cangaço também se altera, ele passa a ser o signo da rebelião.

As leituras sobre o passado da região enfatizavam figuras como Conselheiro, Lampião, Padre Cícero e até mesmo Prestes com sua Coluna. Graciliano Ramos, Jorge Amado, João Cabral de Melo Neto, a pintura social de Cícero Dias e mais tarde o cinema novo fazem parte de uma longa série que trata o nordeste e o nordestino como exemplo privilegiado da miséria, da fome, do atraso, do subdesenvolvimento, da alienação.

Segundo Durval fazem parte do enunciado, da imagem sobre o Nordeste: a seca – atributo do espaço; os coronéis e seus jagunços; os cangaceiros, os beatos e santos. São tipos e estereótipos essenciais na construção de uma mitologia da região. Mitologia esta que é relida tanto pelos tradicionalistas quanto pela esquerda, ainda que de formas opostas.

O Nordeste vai ser apresentado tanto como lugar mais subdesenvolvido quanto como o mais nacional, graças às suas tradições populares, vertente esta que dará origem ao pensamento de um Ariano Suassuna, por exemplo. A temática da relevância do popular do nordeste foi visitada em vários momentos. Vale mencionar a leitura que Eduardo Diatay de Menezes (1986; 2003) fez de Gustavo Barroso e a releitura em curso da obra de Câmara Cascudo. Mas não andarei por ai agora.

Como o Nordeste é pensado como “grande espaço medieval” a ser preservado ou superado, vários fenômenos urbanos, como a modernização do Recife, por exemplo, são desconhecidos (Albuquerque Jr., 1999, p. 45). As administrações municipais de Novaes Filho na década de 1930 e a de Pelópidas Silveira nos anos 1950 estão agora sendo estudadas e indicam as transformações e lutas naquela cidade (Pontual, 2001). Entre os temas esquecidos está também o Teatro do Estudante de Pernambuco do qual participaram Hermilo Borba Filho, Ariano Suassuna, Aloísio Magalhães entre outros (Leite, 2006). Entretanto tais mudanças e lutas não entraram na agenda já que não faziam parte da temática, da mitologia que apresenta o nordeste apenas como terra da seca, ou região rural, onde vige o pitoresco, o exótico.

Para dar materialidade a cada região foram feitas escolhas. Certos elementos são escolhidos tais como o cangaço, o messianismo, o coronelismo para definir o nordeste.

Para Durval, o marco inicial da invenção do nordeste seria a grande seca de 1877, quando a decadência se instava inquestionável. Seca esta que teve repercussão nacional

e fez as bancadas “nortistas” do parlamento receber os recursos que para lá foram encaminhados. Assim teve início a imagem da região: seca + cangaço + messianismo

“O termo Nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) criada em 1919” (p. 68). Nordeste é assim a parte do Norte sujeita às estiagens. O Nordeste é filho das secas, diz Durval.

Os interesses pessoais ou oligárquicos que se identificavam com os interesses de cada um dos Estados passam a ser pensados como interesses de um todo maior, a região (Albuquerque JR, 1999, p.69). Este processo de unificação teria como principais passos:

- 1) A “institucionalização da seca” com parlamentares do Norte se organizando e a criação do IFOCS no governo Epitácio Pessoa.
- 2) O combate ao cangaço que, assim como os movimentos messiânicos, não respeita fronteiras estaduais.
- 3) O abandono dos particularismos e criação de comunhão regional com políticos se unindo para receber privilégios.

Sabemos que o discurso sobre o sertão descende de Euclides da Cunha. O interior tem também outro discurso matriz, o regional de Afonso Arinos. O litoral, ou a civilização da cana-de-açúcar tem seu ponto máximo no Movimento Regionalista de 1926 e em *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre.

Os regionalistas então chamados de tradicionalistas e vão ser os principais responsáveis pela formulação de uma base cultural que seria específica daquela terra. Gilberto Freyre ao organizar as comemorações dos 100 anos do Diário de Pernambuco em 1925, o que deu origem ao livro *O Livro do Nordeste*, antecipador do Congresso Regionalista de Recife, acontecido em 1926. A área de influência do jornal serviu mesmo para definir o que seria a região. Foi no *Livro do Nordeste* que foi publicado “Evocação do Recife” de Manuel Bandeira.

Fazendo parte desta genealogia que passa pela literatura social dos anos 1930 emerge, entretanto um novo discurso sobre o Nordeste: o de Josué de Castro que será complementado mais tarde pelo de Celso Furtado e seu livro *Formação Econômica do Brasil...*

Não iremos reler os tradicionalistas agora. Vamos sim nos deter na figura de Josué de Castro, clássico da descoberta do NE como região da fome.

Josué de Castro apresenta uma versão considerada “científica” dos problemas do Nordeste, principalmente da fome, que fez sua entrada no panorama nacional através dos seus trabalhos. Médico nascido no Recife em 1908, Josué de Castro vai se tornar professor de geografia humana no Recife (de 1933 a 1935), professor catedrático de antropologia da UDF (1935 a 1938), professor catedrático de geografia humana da FNFi da Universidade do Brasil (de 1940 a 1964). Morre em 1973 em Paris.

Dos anos 1950 em diante diversos intelectuais, como já mencionamos, passaram a estar mais empenhados em construir o futuro e a se desatrelar do peso do passado. Para a realização do futuro buscavam superar os limites e as marcas que as estruturas econômicas coloniais, dependentes, imprimiam ao nosso subdesenvolvimento. O latifúndio de exportação e o abandono das populações interioranas precisavam ser vencidos e constituiriam os temas centrais da luta de então.

Pode-se mesmo pontuar como marco dessa temática a publicação, em 1946, do livro *Geografia da fome*, de Josué de Castro. A obra denuncia para o Brasil e para o mundo o delicado e perigoso fenômeno da fome e os flagelos dele decorrentes. Em 1951 o autor publica outro livro igualmente desafiador, *Geopolítica da fome*. Para Josué de Castro, a fome aparece como expressão biológica de males sociológicos ligados às distorções econômicas: a estrutura agrária feudal, o regime inadequado de propriedade marcado pelo latifúndio e pelo minifúndio, as relações de trabalho socialmente inadequadas, tudo isto levando à não-utilização da riqueza potencial do solo. São essas distorções que se agregam para formar uma teoria explicativa da pobreza, da miséria e do subdesenvolvimento, como seria apresentado nos anos subseqüentes. Essa visão encaminha como necessidade histórica a realização de uma reforma agrária capaz de solucionar as causas estruturais do desequilíbrio econômico e social brasileiro. Esse tema — a reforma agrária — passa a fazer parte do cardápio de questões a serem superadas para que o país alcance o desenvolvimento.

No Brasil a luta em prol de uma “revolução nacional” inclui a resistência ao imperialismo e a mobilização das massas populares, daí o esforço de chegar até o povo. A atuação de estudantes na alfabetização e na conscientização do povo faz parte desse movimento. O nacionalismo de esquerda que foi se formulando no Iseb juntou o pensamento da Cepal às premissas das lutas pela libertação dos países do Terceiro Mundo e dos movimentos de democratização.

O Partido Comunista, a Cepal e o Iseb compõem os principais centros de formulação e divulgação do pensamento de esquerda no Brasil e propõem não só uma interpretação do Brasil, mas apresentam também “o que fazer” e “como fazer”. Acertam uma pauta de temas e questões, ainda que haja diferenças e divergências entre organizações e autores; difundem estratégias e táticas. Há como que um roteiro a ser seguido na mobilização e na luta pela transformação. Há mesmo expedientes que são recorrentes e fazem parte de uma “retórica” comum e reconhecível, utilizada por todos aqueles que disputam falar em nome do povo. Inserido neste contexto se encontra a produção de Josué de Castro.

Vamos destacar aqui a obra *Homens e caranguejos*, meio romance, meio memória do autor. O livro foi escrito em 1966 e publicado pela primeira vez em 1967 quando o autor se encontrava em Paris na condição de refugiado político após a revolução de 1964.

O autor no “prefácio um tanto longo para um romance em tanto magro” diz que o livro é a história da descoberta da fome feita em sua infância. “A lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de serem humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejos” (p.10). Isto forma o que chama de “estranho mimetismo”. Os homens para sobreviver se arrastam como caranguejos. Ficam parados ou caminham para trás como caranguejos. Não conseguem sair do ciclo do caranguejo, a não ser saltando para a morte, afogados no mangue. Termina o prefácio falando que seu romance pertence ao “ciclo do caranguejo” e expressa sua profunda gratidão a três poetas do nordeste: Ascencio Ferreira, Joaquim Cardoso e João Carnal de Melo Neto.

O livro como diz o próprio autor, é algo entre romance e memória. Nele Josué de Castro narra a história de um menino pobre, João Pedro. Pode-se dizer que para além deste personagem, os reais personagens são a seca, a fome, a tristeza e a vergonha. É também uma história de meninos, de amizades que se montam no mundo do mangue do Recife. A amizade, é preciso lembrar, é questão central em outros livros escritos para crianças, ou sobre crianças como *Através do Brasil*, de Olavo Bilac e Manuel Bonfim.

*Homens e caranguejos* apresenta a origem da família do menino. A história da descida do sertão até o mangue para escapar da fome, da sede e da morte. Tudo isto transforma aquela família em retirantes que sofrem a fadiga e a vergonha na terra alheia.

Temos reafirmada a honra do sertanejo e sua vida destruída pela seca, mas, no novo espaço da cidade, no mangue, sua vida vai outra vez ser destruída só que agora pelas águas, pela enchente que acaba por destruir tudo, inclusive a esperança.

A luta para encontrar seu espaço na cidade é narrada na história da Aldeia Teimosa – latifúndio de lama que recebia os expulsos da seca e os do latifúndio do açúcar. Esses retirantes enfrentam a política e a polícia contra os mocambos e se estabelecem no mangue, até então terra de ninguém. Suas estratégias burlam e vencem a lei. O nome Aldeia Teimosa já dizia como o aglomerado teima em existir e em crescer contra a vontade e contra as ordens do governo.

Correspondendo às questões do seu tempo Josué de Castro faz as principais figuras da Aldeia se envolverem em uma revolução frustrada. Será isto eco de 1964?

E o menino João Pedro, personagem principal da história, “ouvindo a tempestade dos homens, virou caranguejo” ou seja, desapareceu na lama.

Este romance sem esperança vai ser fonte para outros movimentos, nos anos 1990, que abrem caminho para o novo a partir da sua releitura. Vamos a eles.

Djalma Agripino de Melo Filho (2003) vai retomar três obras de Josué de Castro: *Documentário do Nordeste*, de 1937, onde descreve o ciclo do caranguejo; *Fatores de localização da cidade do Recife*, de 1947 e, por fim, *Homens e caranguejos*, de 1967. Segundo Djalma, Josué de Castro tinha alterado o sentimento negativo frente ao mangue, identificado como lugar poluído e zona de prostituição e elaborado quatro olhares sobre o mangue: ser o ancestral do Recife; ser fábrica de vida e exemplo de equilíbrio ecológico; ser fonte de conhecimentos; e ser o lugar dos excluídos sociais. (Melo Filho, 2003, p. 507).

Duas novas leituras da obra de Josué de Castro nos anos 1990 abrem caminhos diversos. A primeira, seguindo os passos do homem-caranguejo, descobre e cataloga uma nova espécie: o homem-gabiru, aquele que saindo do mangue foi viver em tocas, em morros, em casebres e passa a comer os restos de outros homens. Vivem do lixo, pedem esmolas, atacam e roubam quando estão com fome.

A outra leitura do mangue é a do movimento Manguebit, agitação cultural ocorrida no Recife na década de 1990. Fred Zero Quatro afirma: “Nós até fazemos essa metáfora com o mangue, porque ele é um dos ecossistemas mais ricos em biodiversidade do mundo, berço da maioria das espécies marinhas, e a cidade do Recife também tem essa característica cultural de ser o berço de um monte de músicas e manifestações folclóricas, como o maracatu, a ciranda, o coco, a embolada e o frevo” (Silva, 2006, p. 25). O primeiro release apresentando as idéias do grupo se chamou “Caranguejos com cérebro” e foi publicado no encarte do CD *Da lama ao caos*, primeiro CD da banda de Chico Science e

Nação Zumbi em 1994. Antes já tinha sido publicado pela imprensa de Pernambuco em 1991.

A referência a Josué de Castro é explícita. Diz Chico Science: “Temos fome de informação. Na imagem de Josué somos ‘caranguejos com cérebro’, como os pescadores que ele descreve no livro *Homens e caranguejos*. Eles pescam e comem caranguejos para depois excretá-los num ciclo caótico. Fazemos uma música caótica” (Citado em Silva, 2006, p.26).

A utilização simbólica do caranguejo, a auto-representação dos mangueboys como recicladores dos resíduos absorvidos no ciclo cultural da cidade, a posição combativa contra as desigualdades da cidade e da região, tudo aproxima os manguebits de Josué de Castro. O título do manifesto; “Caranguejos com cérebro” registra, entretanto, uma inversão: do homem-caranguejo para caranguejo-homem. Este manifesto, segundo Durval, vai além de Josué, já que esses caranguejos “esquecidos pelo modelo de desenvolvimento excludente “ (Melo Filho, 2003, p.518) mostram que têm cérebro e com os “olhinhos em pé” dos caranguejos captam a possibilidade de sair da lama.

Os mangueboys apresentam de novo a proposta de conexão das “boas vibrações dos mangues com o global representado pela “rede mundial de conceitos pop”. E é por isso que a imagem símbolo é uma antena parabólica enfiada na lama.

Será que Josué de Castro não tinha também uma conexão forte com o global de seu tempo? Suas relações com a Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) ainda precisam ser melhor investigadas.

A importante e premiada pesquisa de Anna Paula de Oliveira Mattos Silva (2006) que estamos lançando mão aqui vai tratar dos conflitos entre o Manguebit e o secretário de cultura do governo de Pernambuco, Ariano Suassuna, fundador do Movimento Armorial.

Diversos autores estão ressaltando a conexão entre local e global que se dá de forma exemplar no movimento Manguebit. Ao analisar a criação artística Moacir dos Anjos (2005) diz que os artistas de regiões periféricas instituem com suas obras híbridas importantes aproximações entre diversas culturas até então consideradas inconciliáveis. “Também condenam, por esse procedimento, idéias de pertencimento que associam, de modo unívoco e atemporal, territórios e culturas” (Anjos, 2005, p. 51). Situados em posição subalterna no processo de globalização reinventam sua identidade na contemporaneidade.

Até então a idéia de Brasil tinha tido como ponto de irradiação o Sul – seja São Paulo com os bandeirantes ou com o movimento modernista (com a criação dos museus de arte moderna e com a Bienal); seja o Rio de Janeiro como o lugar do samba, do carnaval (irradiados pela Rádio Nacional); seja Minas Gerais como lugar do barroco (com o Iphan) ou locus de origem do moderno (com a Pampulha).

“Como resultado, a produção artística proveniente da região Sudeste foi, por muito tempo, reconhecida – no Brasil e no exterior – como *moderna* e *brasileira*, enquanto as que provinham de outros lugares do país era rotuladas de *regionais* – pouco mais que descrições etnológicas do entorno humano e físico – ou assumidas como *regionalistas* – subordinando práticas modernas ao conceito de tradição” (Anjos, 2005, p. 53).

Moacir dos Anjos, assim como Anna Paula de Oliveira Mattos Silva, identifica como a formulação mais sofisticada da tradição cultural nordestina do início da década de 1970, o Movimento Armorial de Ariano Suassuna. Valorizando expressões populares procedentes do sertão – xilogravura, literatura de cordel, música de viola, rabeça ou pífano – considerados como autênticas fusões das culturas indígenas, africanas e européias. Esta cultura seria então efetivamente brasileira e capaz de resistir à cultura de massa, em especial à norte-americana. Esta variante cultural, voltada para o passado, se ocupava em anotar e preservar as manifestações populares ou as eruditas criadas a partir das populares. Pode-se dizer que a proposta de pesquisa do Movimento Armorial descendia das propostas de Mário de Andrade, das experiências musicais de Villa-Lobos e do movimento folclorista.

É necessário aprofundar as semelhanças e diferenças, por exemplo, entre Ariano Suassuna e Aloísio Magalhães que, em sua experiência como gestor da política nacional de patrimônio, também temia o influxo de bens culturais vindos do exterior e o processo de homogeneização. A ameaça externa, o risco da invasão da cultura estrangeira foi mesmo argumento central da política cultural dos governos militares para a criação da Embrafilme (1969).

A globalização da cultura, ao contrário do que se supunha, “familiariza o mundo (...) com um ambiente cultural complexo e diversificado, instituidor de uma nova, conflituosa e ampliada cartografia da produção e circulação simbólicas” (Anjos, 2005, p. 60). O enfraquecimento do discurso “nacional”, com fluxos de bens e símbolos a nível mundial abre espaço para que novas experiências tenham lugar. Este novo, é preciso assinalar, não tem a ambição de representar hegemonicamente o Brasil.

O movimento Mangue passa a ser exemplo da reação/integração da produção artística do Nordeste (região periférica no modernismo) ao processo de globalização. Em vez de causar a morte das tradições musicais, o mangue tornou-as contemporâneas abrindo caminho para a articulação com o global.

“O ‘livro’ do Nordeste [o autor faz referência ao *Livro do Nordeste* organizado por Gilberto Freyre em 1926] passa, assim, a ser outro; sem abrir mão de rendas de bilros e de maracatus, a idéia do que é ser nordestino é agora tecida sobre um delicado e complexo mapa de influências recíprocas e de negociações com outras culturas” (Anjos, 2005, p.64).

#### Bibliografia

- ANJOS, Moacir dos. *Local/global; a arte em trânsito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999. 2.ed. 2006.
- CASTRO, Josué. *Homens e caranguejos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 [1.ed. 1967]
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres da ordem escravocrata*. 3. ed. São Paulo, Kairós, 1974. [1.ed., Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969]
- LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade; lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Unicamp, 2004.
- LEITE, João de Souza. Aloísio Magalhães; aventura paradoxal no design brasileiro. Ou, o design como instrumento civilizador? Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UERJ, 2006. [tese de doutorado]
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro. Revan/IUPERJ, 1999.
- MELO FILHO, Djalma Agripino de. Mangue, homens e caranguejos em Josué de Castro: significados e ressonâncias. *História, ciência, saúde – Manguinhos*, vol. 10, n. 2, Rio de Janeiro, maio/agosto, 2003.
- MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. A dialética do rifle e do rosário – apontamentos para uma releitura do cangaço nordestino. In: SILVA, S. Vicente da (org.). *A igreja e a questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Gustavo Barroso; um cearense “ariano”*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.
- OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. "A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro". *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. V, jul. 1998, p. 195-215.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Política Nacional de Cultura: dois momentos em análise – 1975 e 2005. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Direitos e cidadania: memória, cultura, patrimônio*. Rio de Janeiro: FGV, (no prelo).

PONTUAL, Virgínia. *Uma cidade e dois prefeitos*; narrativas do Recife nas décadas de 1930 e 1950. Recife: UFPE, 2001.

SILVA, Anna Paula de Oliveira Mattos. *Transformações do popular na cultura contemporânea*; tradição e inovação na Recife dos anos 90. Monografia do Prêmio Silvio Romero, CNCP/Iphan, 2006.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino*. São Paulo: Moderna, 1984.

VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão*. São Paulo: Ática, 2000.